

0 mistério

Na conversa do poder, o desemprego tem sempre ar de mistério. Tudo na economia parece caminhar no bom sentido, até já há crescimento, diz o governo, mas estranhamente o desemprego não baixa.

O mistério desfaz-se se atendermos a duas ou três verdades que o mundo capitalista não pode ver nem aceitar. Uma, é que a actual crise capitalista resulta de uma produção superabundante para a qual não há mercado, em larga parte porque a massa dos assalariados não tem suficiente capacidade de compra. Logo, não é o aumento da produção em moldes capitalistas que resolve o problema.

Outra, é que a resposta da burguesia à crise se resume, logicamente, a baixar a produção e a dispensar mão de obra. É sobretudo daí que advém mais alguma margem de ganho para o patronato e é isso que leva o poder a falar de "recuperação". Outra ainda, é que no capitalismo de hoje qualquer avanço técnico se traduz numa dispensa cada vez maior de mão de obra, sem que o alargamento da produção possa absorver o trabalho tomado excedente.

Isto quer dizer que 1) o capitalismo atingiu os seus limites de expansão e se tornou um obstáculo ao progresso, 2) o tempo de trabalho socialmente necessário diminuiu e vai continuar a diminuir. Dito de outro modo: o desemprego é um exército de reserva de mão de obra que, sob o capitalismo, só pode crescer — fazendo, paralelamente, baixar os salários de quem trabalha.

Diante disto, não serve acusar a "má gestão" do governo, nem basta exigir medidas de "fomento do emprego", como toda a esquerda oficial faz. Importa sim mostrar que este é o destino que o capitalismo reserva aos trabalhadores. Combatê-lo exige uma luta anticapitalista. Nesse sentido, reclamar a redução do horário de trabalho sem redução de salários junta o interesse imediato dos trabalhadores em resistir à exploração ao seu interesse numa sociedade livre das pragas do capitalismo.

MUDARDEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50 €

Março-Abril 2015 / número 47



A classe operária tem de ter voz própria

As lutas e protestos travados nos últimos meses trouxeram para a rua diversas reivindicações de vários sectores de trabalhadores. No seu conjunto, constituem uma trincheira de resistência à austeridade e às ofensivas do patronato.

Dois casos merecem destaque: as greves da Efacec e da Renault Cacia por terem mobilizado os operários em ambas as empresas, os quais levantaram as suas exigências de classe contra a discriminação salarial de que foram alvo por parte dos

patrões. Este destaque é tanto mais merecido quanto se sabe que uma das grandes fraquezas do movimento laboral está precisamente no pequeno número de lutas de empresa conduzidas pelos sectores operários.

De facto, sem que a classe operária e a generalidade dos assalariados tomem o comando das lutas e assumam a defesa dos seus interesses de classe, não será possível uma verdadeira resposta aos problemas que os trabalhadores enfrentam.

Páginas 2, 3 e 6

Órfãos do Muro de Berlim? *págs. 4-5*

Que não se percam os ganhos da luta do povo grego *pág. 7*

Abril e as lágrimas de crocodilo *pág. 8*

Lutas de massas, lutas de classe

As lutas travadas nos últimos meses, resumidas no apanhado que abaixo publicamos, assumem diversas reivindicações de vários sectores de trabalhadores. Defendem conquistas, defendem o direito à saúde, à educação e à segurança social, exigem melhores condições de vida e de trabalho, defendem o direito à vida, o direito à dignidade. No seu conjunto, sem chegarem a pôr em causa a ordem social dominante ou a extravasar o quadro do sistema capitalista, constituem uma trincheira de resistência à austeridade e às ofensivas do patronato.

Dois casos merecem o nosso destaque: as greves da Efacec e da Renault Cacia por terem mobilizado os operários das duas empresas, os quais levantaram as suas exigências de classe contra a discriminação salarial de que foram alvo por parte do patronato (sempre pronto a privilegiar as chefias e os sectores não produtivos). Este destaque é tanto mais merecido quanto se sabe que uma das grandes fraquezas do movimento laboral está precisamente no pequeno número de lutas de empresa conduzidas pelos sectores operários.

De facto, sem que a classe operária e a generalidade dos proletários tomem o comando das lutas e assumam a defesa dos seus interesses de classe, não será possível uma verdadeira resolução dos problemas que os trabalhadores enfrentam. Essa é também a condição para que se desenvolva entre os trabalhadores a ideia de romper com o capitalismo e encarar a necessidade de construir uma sociedade socialista.

Greves nos transportes

Este ano, particularmente nos últimos meses, foi intensa a luta no sector dos transportes. Em 2 de Abril decorreu uma greve dos revisores e trabalhadores de bilheteira da CP. Com uma adesão perto dos 100 por cento, que impediu a circulação da grande maioria dos comboios previstos. O protesto culminou nove meses de negociações entre os sindicatos e a empresa e visou obrigar a administração da CP a cumprir uma decisão dos tribunais relativa ao pagamento dos complementos nos subsídios de férias e Natal, em dívida desde 1996. Com efeito, a CP foi condenada a restituir aos trabalhadores os complementos que não foram pagos nos subsídios de férias desde 1996 e nos subsídios de Natal entre 1996 e 2003. Mas mesmo depois desta decisão judicial a empresa usou todos os subterfúgios para adiar o pagamento da dívida. Contudo, a forte adesão à greve mostrou a indignação dos trabalhadores por mais esta burla da empresa. E, em aviso aos passageiros, a CP reconhecia antecipadamente que os dois dias de greve (dias 2 e 6) dos

revisores, convocada pelo Sindicato Ferroviário da Revisão Comercial Itinerante, conjugada com a greve ao trabalho extraordinário marcada, para os dias 3 e 5, pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário (SNTSF) iriam trazer “fortes perturbações” à circulação.

Também, em 16 de Abril, nove associações sindicais da CP fizeram greve como protesto contra a venda da EMEF e da CP Carga, a fusão da Refer com a Estradas de Portugal e a eliminação de benefícios concedidos a trabalhadores e reformados. Por seu lado, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais convocou uma greve nacional nas Estradas de



Portugal para o dia 16 de Abril, fazendo coincidir a paralisação com a que já estava marcada para a Refer. Recorda-se que o Governo aprovou a fusão da EP com a Refer na Infraestruturas de Portugal, com vista à gestão integrada das redes ferroviária e rodoviária. A federação sindical acusou o Governo e o conselho de administração conjunto de continuarem “sem dar quaisquer garantias reais quanto ao futuro dos trabalhadores da EP”.

Recentemente, os trabalhadores do Metro e da Carris estiveram em greve como protesto contra a concessão da gestão destas duas empresas públicas a interesses privados. No final do ano passado, foi lançado um concurso para a Metro do Porto e o STCP, ficando a gestão destas

empresas nortenhas nas mãos do consórcio espanhol TMB-Moventis. Em Lisboa, depois de o processo ter sido aprovado em Conselho de Ministros, o governo prevê a conclusão da operação de concessão em Julho deste ano. E, no dia 22 de Abril, uma Marcha Contra a Privatização foi levada a cabo pelos trabalhadores da Carris, do Metropolitano de Lisboa, da Transtejo e da Soflusa.

Professores boicotam prova de avaliação

Vários sindicatos convocaram uma greve de professores e educadores a todo o serviço que fosse atribuído entre 1 e 28 de Fevereiro, relacionado com a prova de avaliação de

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart **Colaboradores** António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos
Site David Raposo **Contactos** Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa jornalmudardevida@gmail.com www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível
Como fazer uma assinatura: **No site** www.jornalmudardevida.net (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência. **Por correio:** envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

conhecimentos e capacidades (PACC). Tratou-se de um protesto contra uma prova obrigatória para quem, mesmo com habilitações académicas para dar aulas, não tem vínculo efectivo, possui menos de cinco anos de serviço e quisesse candidatar-se a um lugar na educação pré-escolar ou nos ensinos básico e secundário. Segundo estes sindicatos, o Ministério da Educação e Ciência manteve a sua insistência nesta prova indiferente às críticas que surgiram de múltiplos sectores, incluindo do conselho científico do IAVE (Instituto de Avaliação Educativa, organismo responsável pela elaboração da prova). Tratou-se de uma greve enquadrada num processo de luta contra uma inaceitável medida governamental, que pretende afastar docentes da profissão.

Manifestações contra a exploração e o empobrecimento

Várias outras concentrações e manifestações têm sido levadas a cabo pelo País. A CGTP, nomeadamente, realizou, no dia 7 de Março, uma Jornada Nacional de Luta que incluiu manifestações em todas as capitais de distrito, pela defesa dos serviços públicos e pela reposição dos direitos sociais e laborais dos portugueses.

Greve geral da função pública

Esta paralisação, realizada em 13 de Março, convocada pela Frente Comum (CGTP), STE, Fesap (UGT) e apoiada pela Federação Nacional dos Médicos (FNAM), pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e pela Federação Nacional da Educação (FNE), teve enorme repercussão nos serviços públicos, particularmente em hospitais, escolas, tribunais, centros de saúde, câmaras municipais e juntas de freguesia. Em causa estiveram numerosas reivindicações dos trabalhadores, designadamente: contra o corte de salários, a não actualização de pensões, o congelamento de carreiras e a requalificação (outra forma de se dizer despedimento).



A luta pelo regresso à jornada de trabalho de 35 horas também é retomada.

Protesto de reformados

No dia 11 de Abril, realizou-se um protesto de reformados, pensionistas e idosos contra o aumento do custo de vida e pela valorização das reformas e pensões. As concentrações e manifestações efectuaram-se em 14 localidades do país (Guimarães, Porto, Aveiro, Coimbra, Tortosendo, Leiria, Santarém, Benavente, Lisboa, Setúbal, Grândola, Beja, Évora e Faro) e foram promovidas pela Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos. Entre as reivindicações estão um aumento de 4,7% nas pensões, com um mínimo de 25 euros mensais nas pensões mais baixas, reposição do pagamento por inteiro dos subsídios de Férias e do Natal e a reposição da isenção de 50% no pagamento dos transportes para idosos.

Ex-trabalhadores do Clube Praia da Rocha

Em Outubro de 2014 foram despedidos 30 trabalhadores, a quem o patrão da Green Stairs, que gere os apartamentos turísticos Clube Praia da Rocha ficou a dever mais de dois meses de salários, bem como os subsídios de férias e Natal. Para o desfecho positivo da luta

Efacec em luta

Desde 11 de Fevereiro, dia sim dia não, os operários da Efacec realizaram paragens de 2 horas em cada turno do dia, em luta por um aumento salarial, correcção de diuturnidades, regularização de horas extras e manutenção dos direitos consagrados no acordo colectivo de trabalho (ACT) mais antigo. E estas paragens voltaram a realizar-se recentemente. Os operários reclamam que quem produz a riqueza na empresa não recebe o que lhes corresponde, indignados com os grandes salários da administração, e a sua frota de carro luxuosos, e com a enorme diferença entre os seus salários e os dos directores e executivos. Uma luta de classe numa perspectiva avançada.

Greve na Renault Cacia

A greve de 24 horas na Renault Cacia, no primeiro dia de Abril, teve uma elevada adesão no sector produtivo, provocando a paragem da produção e tornando evidente a dimensão do repúdio pelo desrespeito com que a administração tem tratado as justas reivindicações de mais 25 euros nos salários, assim como o fim do abuso do trabalho precário. Nos primeiros dois turnos, o piquete de greve, constituído por cerca de 200 trabalhadores, deslocou-se em manifestação do acesso de serviço da fábrica até junto do edifício da administração, onde foram reafirmadas as suas exigências. Os trabalhadores condenaram a decisão da administração de actualizar os salários em 12 euros, tendo em conta que não tiveram aumento de salário em 2014, e sabendo-se que a fábrica de Cacia teve um volume de negócios, em 2013, de mais de 278 milhões de euros, assim como um resultado líquido positivo de mais de quatro milhões de euros. Uma luta de classe, um bom exemplo.

travada há que destacar, em primeiro lugar, "a coragem, a determinação e a firmeza" de uma trabalhadora (Marilu Santana) que, "farta das promessas do patrão e das injustiças, farta da exploração", decidiu acorrentar-se, no dia 20 de Março de 2015, no interior das instalações da empresa. Esta foi uma iniciativa com grande impacto na comunicação social,

tendo outros trabalhadores decidido permanecer solidariamente no exterior. Contaram, neste seu combate, com o apoio do Sindicato da Hotelaria do Algarve e suscitaram um amplo movimento de solidariedade, tendo, no dia 3, alcançado um acordo: recebimento de um mês de salário até 15 de Abril e da restante dívida até 15 de Junho.

Debates travados em volta do manifesto *Enfrentar a crise, lutar pelo socialismo - Uma perspectiva Comunista*, têm-nos permitido encontrar bons motivos de polémica em torno das questões que afectam o movimento comunista e a luta dos trabalhadores pelo socialismo. Publicamos neste número um dos temas vindos a lume, que se prende com a avaliação das causas que permitam explicar a aparentemente súbita viragem dos anos 80 — materializada na ofensiva desencadeada pelo capital, na debilidade da resistência do movimento laboral e no apagamento do movimento comunista. Em próximos números daremos sequência à discussão destes temas.

Órfãos do Muro de Berlim?

Para entender a mudança na relação de forças entre o capital e o trabalho

É comum entre as forças de esquerda atribuir à queda do Muro de Berlim e ao fim da URSS a origem da desorientação que hoje grassa no movimento comunista e nos movimentos operários, e, bem assim, a origem dos recuos que se verificam nas condições de vida das massas populares desde os anos 80. Como é igualmente comum atribuir àqueles mesmos acontecimentos a ofensiva, chamada neo-liberal, do capitalismo internacional.

Argumenta-se que, desde o final da segunda Grande Guerra até aos anos 70, o capitalismo esteve “na defensiva”, que então as classes trabalhadoras “abraçavam” o socialismo, que as votações nos partidos comunistas eram em muitos casos elevadas, colocando-os por vezes a par dos partidos burgueses — e que isso “assustava” a burguesia e a obrigava a uma política de concessões sociais. Argumenta-se ainda com o impetuoso movimento de libertação dos países colonizados e com a histórica vitória do povo vietnamita sobre o imperialismo norte-americano.

Como é sabido, porém, todo este panorama mudou a partir dos anos 80. A relação das forças alterou-se drasticamente e o capital e o imperialismo passaram à ofensiva, perdendo aparentemente o “receio” que os mantivera mais de 30 anos na “defensiva”. Como foi possível toda esta mudança?

À vista do que sabemos hoje, importa colocar as seguintes questões: que “socialismo” era esse que as massas europeias “abraçavam” aparentemente com tanto “ardor”? Que curso estava a seguir a ideia de revolução social na cabeça dos trabalhadores? Que tipo de sindicalismo se praticava: de classe contra classe ou de colaboração de classes? A vitória dos vietnamitas em 1975 foi o prosseguir das revoluções russa e chinesa ou o canto do cisne desse período revolucionário? A independência dos países colonizados (em África, no Médio Oriente e na Ásia) representou um passo mais na via do socialismo ou ficou-se por uma transição do regime de dominação colonial para o regime de dominação imperialista de hoje? O que prevaleceu nos 70 anos decorridos desde

o fim da segunda Grande Guerra: o socialismo ou o capitalismo?

Uma evolução silenciosa

Para se perceber a evolução das coisas, importa vê-las por dentro e não apenas pelas manifestações exteriores. A verdade é que, à saída da segunda Grande Guerra, todos os partidos comunistas dos principais países europeus eram reformistas e não revolucionários. Na Europa, a ideia de revolução social foi passo a passo varrida da cabeça dos trabalhadores e substituída pela aceitação de um progresso gradual no quadro do capitalismo. O sindicalismo largamente dominante aceitou um pacto social entre capital e trabalho, abandonando a linha de confronto de classes. No plano mundial, a revolução social em cada país ficou subordinada ao jogo das potências, entre o Ocidente e o Leste, e ao alinhamento por um ou outro campo.

Qual foi a condição material em que assentou esta evolução? Nos EUA — bem como na Europa e no Japão sobre os escombros da guerra — deu-se um novo surto, vertiginoso, de desenvolvimento capitalista. Isso permitiu à burguesia não só dispor de meios para melhorar as condições de vida das massas, mas também para apresentar o “progresso capitalista” como a solução para os problemas sociais e declarar caduca a ideia de revolução e de socialismo.

Mais: a recuperação capitalista do pós-guerra não foi só económica. Como era inevitável, ela arrastou consigo enormes transformações sociais, a mais significativa das quais foi o crescimento nunca visto das classes médias e da aristocracia operária, criando uma larga base pequeno-burguesa que corporizou o reformismo e o entendimento de classes. Essa base social constituiu, por décadas, o sustentáculo dos regimes burgueses.

Foi tudo isto que contribuiu para a gradual mudança de relação de forças, a qual saltou à vista nos anos 1980 mas vinha a amadurecer desde muito antes. Quem ignora estes factos torna-se incapaz de explicar a passagem do

“ardor das massas pelo socialismo” (ontem) para o descrédito e a rejeição do socialismo (hoje). E tende a procurar na derrocada do chamado “bloco socialista” o ponto de partida para a situação actual — quando essa derrocada é apenas um outro aspecto, e uma outra consequência, da transformação que se deu no mundo do pós-guerra.

O preço das conquistas sociais

O Estado Social na Europa do pós-guerra é apresentado, na mesma linha de pensamento, como uma conquista “imposta pelas classes trabalhadoras”. Afirma-se, uma vez mais, que o receio de que as ideias socialistas atraíssem os trabalhadores, levou a burguesia a fazer concessões de outro modo impensáveis. Os mais ousados socorrem-se mesmo de Lenine para apresentarem o Estado Social como uma daquelas reformas conquistadas como “subproduto da acção revolucionária”. Mas desde logo cabe perguntar: quais foram as lutas revolucionárias, durante ou após a segunda Grande Guerra, havidas em França, na Alemanha, em Itália, na Escandinávia, na Suíça, na Holanda, etc. de que o Estado Social tivesse sido o subproduto? Simplesmente, não existiram, o que só por si diz alguma coisa sobre a natureza da dita conquista.

Com efeito, a afirmação de que o Estado Social foi “imposto” pelas classes trabalhadoras é altissonante, mas é apenas uma meia verdade. A parte da questão que fica escondida é esta: o progresso material obtido no pós-guerra pelas classes trabalhadoras foi conseguido a troco da sua pacificação política, ou seja: nada de revoluções. O pacto social, atrás referido, obrigava o capital a melhorar regularmente as condições de vida das massas e, em troca, as massas contribuíam com o seu trabalho ordeiro para o progresso do capital.

O sucesso da recuperação económica do pós-guerra deve-se, pois, em grande parte, a esta conjunção de vontades — conduzida não apenas pelos partidos burgueses no poder (social-democratas, conservadores, cristãos), mas também pelos partidos e sindicatos que representavam a massa trabalhadora. Os

Que o desaparecimento do confronto Leste-Oeste facilitou a vida ao capitalismo ocidental e ao imperialismo, e acentuou a desorientação política na massa trabalhadora — não restam dúvidas. Mas querer fazer disso a causa da actual ausência de movimentos revolucionários representa uma fuga a encontrar as raízes do declínio das ideias socialistas entre o proletariado.

interesses de classe dos trabalhadores foram reduzidos à reivindicação económica no quadro do sistema capitalista, tendo por efeito uma completa despolitização das massas no que respeita aos seus interesses de classe. E é isso que permite perceber que, ao fim de 40 anos de “progresso”, os trabalhadores se vissem desarmados quando a burguesia decidiu, nos anos 1980 — empurrada pelo agravar da crise do capitalismo, ou seja, pela necessidade de recuperar a taxa de lucro — pôr fim ao pacto social e dar cabo das “conquistas”.

Mudança da relação de forças

Não admira que, ignorando as mutações económicas e sociais que se davam no interior do capitalismo ocidental, se atribua a mudança na relação de forças mundial ao desaparecimento do “campo socialista” (desaparecimento este que, aliás, fica também por perceber). E se explique a ofensiva dos “neo-liberais” por essa quebra súbita no equilíbrio global anterior. Por outras palavras, a ofensiva neo-liberal seria, para esta forma de pensar, um produto da queda do Muro de Berlim e da desagregação do Bloco de Leste, com o fim do confronto entre potências que isso implicou. Tudo se jogaria portanto na chamada “geo-estratégia” — nada no plano da luta de classes, das transformações sociais, ou da base material do sistema capitalista.

Que o desaparecimento do confronto Leste-Oeste facilitou a vida ao capitalismo ocidental e ao imperialismo, e acentuou a desorientação política na massa trabalhadora — não restam dúvidas. Mas querer fazer disso a causa da actual ausência de movimentos revolucionários representa uma fuga a encontrar as raízes do declínio das ideias socialistas entre o proletariado.

Percebe-se que pensam assim os partidos que passaram 70 anos a ver o mundo em função do confronto de blocos e que continuam hoje a ver a luta de classes apenas na sua função reivindicativa, como acontece entre nós com o PCP. Para um marxista, porém, que tem na luta de classes a chave para entender os acontecimentos, tal modo de pensar é inaceitável.



Uma viragem vinda de dentro

Mas a tese do Muro de Berlim, chamemos-lhe assim, tem além do mais uma dificuldade de calendário: é que o início da ofensiva dos neo-liberais data do começo dos anos 1980 (Thatcher no Reino Unido, eleita pela primeira vez em Maio de 1979, e Reagan nos EUA, na presidência em Janeiro de 1981), e a desagregação do Leste europeu e da URSS dá-se em 1989-1991. Como é bom de ver, a queda do Muro não pode explicar uma mudança iniciada 10 anos antes.

De novo, temos de entrar na análise do que se passou no mundo capitalista vencedor da guerra, no mecanismo do seu sucesso e da sua expansão. Aí, veremos que depois de uma fase de crescimento impetuoso (até ao início dos anos de 1970) segue-se um processo gradual de perda de velocidade com quebra nas taxas de acumulação. O fruto de 30 anos de expansão e de crescimento foi, como Marx se fartou de dizer, o limite do próprio crescimento (“Quanto mais o capital está desenvolvido, mais ele surge como um obstáculo à produção” — Manuscrito de 1857-1858).

Quer dizer, a expansão do pós-guerra terminou

em crise — que se declarou em toda a sua força no colapso de 2007-2008 e se arrasta até hoje. Foi esta viragem vinda de dentro que, em primeiro lugar, forçou o capital a mudar de política e a desencadear o ataque ao Estado Social, sob a bandeira do neo-liberalismo. Esta questão, que parece não preocupar muito a maioria da esquerda, é decisiva. Com efeito, esta crise sem fim à vista está a fazer desmoronar o castelo (material, social, ideológico e político) de “progresso contínuo” com que o capitalismo do pós-guerra debelou as aspirações revolucionárias que cresceram na primeira metade do século XX.

Por isso, no manifesto *Enfrentar a Crise, Lutar pelo Socialismo*, com base na observação da própria evolução do capitalismo de hoje (e não em considerações de duvidosa “geo-estratégia”), procurámos chamar a atenção para o facto de que a actual crise cria condições para um novo ciclo revolucionário — e que, portanto, se coloca na ordem do dia a necessidade (que agora tem outras possibilidades práticas) de reerguer a luta anticapitalista das massas trabalhadoras.

Por uma Plataforma Comunista

Movimento operário tem de ter voz própria

Vivemos um período da existência do movimento operário que poderemos considerar de verdadeira confusão e de maré baixa, de falta de combatividade e descrença nas próprias forças. Para este estado muito tem contribuído a ofensiva do capital, acentuada com a sua crise, que o leva a retirar direitos laborais e a precarizar toda a vida dos trabalhadores lançando milhões no desemprego.

Também têm contribuído outros dois factores objectivos que se prendem com a diminuição numérica da classe operária e a ascensão de muitos elementos que aumentaram nas empresas a aristocracia operária, sobretudo jovem. E também factores subjectivos, como o economicismo que reduz a luta operária às reivindicações de carácter imediato, impedindo um real confronto de classe e a elevação da sua consciência enquanto classe com um projecto de futuro alternativo ao capitalismo.

A frustração com os diversos “socialismos”, e em particular com o regime da ex-URSS — que o PCP, o partido com maior influência operária, fez acreditar como “socialista” (e que se revelou um capitalismo de Estado em que a classe capitalista se desenvolveu e floresceu) — trouxe como consequência a

perda de um objectivo estratégico mobilizador e a aceitação da democracia burguesa capitalista, mascarada de “avançada” ou “participada”.

O marxismo parece completamente ausente e eclipsado do movimento operário. Na ausência de política própria para a sua classe, o movimento operário vive perdido, arrastado pelos interesses e pela política da pequena burguesia que sonha chegar ao poder pela via eleitoral para defender os seus privilégios e provar que ela é que sabe tratar dos negócios e da economia, idealizando um mundo onde patrões e trabalhadores vivam harmoniosamente sem os excessos do capital financeiro.

O verdadeiro drama para a classe operária e todo o proletariado, é que a profunda e irreversível crise do sistema capitalista vai-se arrastando, mergulhando as classes trabalhadoras em miséria



e caos. O imperialismo avança com soluções ofensivas de guerra, em vários países. A descrença nas políticas moderadas da “esquerda” vão empurrando muitos trabalhadores para a direita e para a extrema-direita, ou para o mal menor que representam os novos movimentos do tipo Podemos ou Syriza que, embora revelando uma deslocação à esquerda, não são verdadeira alternativa ao sistema de exploração, como a vida está a mostrar, ficando-se nas propostas de melhoramento da democracia e na luta contra os excessos do capitalismo.

É hora de a classe operária, os seus elementos mais avançados,

e todo o proletariado, tomarem em mãos a tarefa de construir uma alternativa ao capitalismo, mandar às malvas as soluções e a tutela da pequena burguesia, e reavivar a esperança de que é possível acabar com a insegurança, com o parasitismo e com a barbárie do capital.

É neste sentido que o documento *Enfrentar a Crise, Lutar Pelo Socialismo* representa um contributo para responder aos problemas da crise actual, no sentido de constituir uma plataforma de debate e de união de comunistas e do reavivar de um projecto para elevar a consciência operária.

José Borralho

Contra a violência policial e o racismo

Em 26 de Março, foram detidos dois activistas pela PSP, quando um grupo de dezenas de manifestantes protestavam contra as demolições ordenadas pela Câmara da Amadora, no bairro de Santa Filomena. É de salientar que vários despejos e demolições violentas têm vindo a acontecer neste bairro desde de Junho de 2012.

As demolições recentemente retomadas traduziram-se, em poucos dias, no despejo de cerca de 40 pessoas, entre as quais crianças e idosos, sem qualquer alternativa de alojamento. Já no dia 24, a Câmara da Amadora informou que ainda faltavam 79 demolições para a erradicação total daquele bairro considerado ilegal, cujos habitantes têm direito a ser realojados se estiverem inscritos no Programa Especial de Realojamento (PER), cujo recenseamento data de 1993. Mas muitas pessoas que agora vivem naquela zona ainda não residiam no bairro há 22 anos, não tendo direito a ser realojadas ao abrigo daquele programa. E assim vai o direito à habitação no Portugal dos nossos dias.

No dia 12 de Abril, realizou-se uma concentração junto à Assembleia da República, como protesto contra as agressões da polícia a moradores da Cova da Moura, apontando estes actos como tendo motivações racistas.

Mais uma vez, como é prática corrente nos bairros em geral, e na da Cova Moura em especial, em 5 de Fevereiro, a PSP entrou na Cova da Moura, interpelou um jovem morador e agrediu-o barbaramente. Disparou ainda balas de borracha contra moradores, ferindo alguns deles.

Depois, a PSP afirmou que um grupo de pessoas tinha tentado “invadir a esquadra” de Alfragide, justificando, assim, a detenção e agressão selvática a activistas sociais e dirigentes associativos que aí se dirigiram para verificar o que se havia passado e o motivo da detenção do cidadão que tinha sido agredido já no bairro e fora levado para a esquadra de Alfragide. Também eles, no interior da esquadra, foram violentamente espancados e brutalizados, humilhados com insultos racistas, de onde saíram sob detenção para o hospital Amadora-Sintra, a fim de receberem assistência médica.

A violência levada a cabo pela PSP na Cova da Moura contra os seus moradores e activistas sociais, além de ser uma agressão social às instituições que intervêm no bairro, foi uma tentativa de condicionamento e de chantagem política contra quem se ergue contra a violência policial racista que se vive nos bairros.

Antifascistas presos em Espanha

Em 27 de Fevereiro último, a polícia do estado espanhol deteve oito jovens, de origens comunistas diversas, que terão combatido no Donbass (repúblicas de Donetsk e Lugansk) em solidariedade com a revolta popular contra o regime de Kiev.

As detenções agora efectuadas, foram levadas a cabo no âmbito da operação antiterrorista Danko, dirigida pela Audiência Nacional espanhola (em muitos casos, um digno sucessor do Tribunal de Ordem Pública da Ditadura) e realizaram-se em Madrid, Barcelona, Pamplona, Cartagena, Gijón e Cáceres.

Segundo fontes da acusação, estes jovens podem ser acusados de delitos de cooperação ou cumplicidade em homicídios levados a cabo por grupos a que se juntaram durante a sua presença em território ucraniano, pela posse de armas e explosivos, assim como pela "violação da neutralidade" do Estado espanhol no conflito. Ainda, segundo as mesmas fontes, estes jovens teriam ido combater inspirados pelas Brigadas Internacionais — bem conhecidas pelo seu combate contra o fascismo durante a guerra civil espanhola.

O autoritário estado espanhol que, no campo das liberdades e das autonomias, se tem revelado

um digno continuador do regime do ditador Franco, pretende criminalizar estes militantes que combateram ao lado dos antifascistas no leste da Ucrânia, enquanto esquece outros espanhóis que, do outro lado, em batalhões nazis, se têm batido por Kiev. Mais uma demonstração da falsa neutralidade do estado burguês e do seu aparelho repressivo: para eles é válido apenas o internacionalismo capitalista, enquanto é extremamente condenável o internacionalismo antifascista ou de pendor comunista.

Neste contexto, não será de admirar que a "justiça" espanhola, que nas últimas décadas já muitas vezes demonstrou estar claramente ao serviço da repressão governamental, e de ser responsável por numerosas perseguições, prisões e torturas, particularmente no País Basco, na Catalunha e na Galiza, uma vez mais, venha dar razão ao governo de Madrid, mantendo presos estes combatentes internacionalistas.

Isto acontece quando os média ocidentais pretendem fazer-nos



esquecer que houve um golpe de estado na Ucrânia — desenvolvido a partir dos finais de 2013 e que culminou em 2014 — golpe fortemente incentivado pelo imperialismo ocidental, particularmente a partir de Washington e Berlim. E decisivamente sustentado pela direita ucraniana, nomeadamente pelos neonazis, que viriam a criar o batalhão Azov, um dos mais ferozes defensores do regime de Kiev. Aqui, bastante significativo é o comentário de Andri Biletski, fundador e comandante deste batalhão: "A missão histórica da nossa nação neste momento crucial é liderar as raças brancas do mundo numa cruzada final pela sua sobrevivência. Uma cruzada contra os sub-humanos liderados por semitas."

Também, para alguns "democratas" portugueses, e à

semelhança do que se passa no país vizinho, os bons combatentes seriam aqueles que estão ao serviço de Kiev e do imperialismo ocidental e os maus os que estiveram ou estão no Donbass junto dos autonomistas.

E, também por cá, há muito boa gente aberta às campanhas securitárias actualmente em curso no mundo ocidental, assim como ao reforço das chamadas leis antiterroristas. É de prever, a pretextos vários, o agravamento da repressão em relação a todos os militantes que combatam mais ou menos consequentemente a ordem política vigente. Temos de estar atentos. Não podemos deixar avançar novas medidas repressivas (que aparentemente se destinariam apenas aos outros) sem as denunciar e combater energicamente.

Pedro Goulart

Que não se percam os ganhos da luta do povo grego

O primeiro ganho da luta que o povo grego desenvolveu contra a austeridade da Troika, através de dezenas de greves gerais e de fortíssimas manifestações e ocupações combativas, foi o esfrangalhamento dos vendilhões "socialistas" do Pasok, que ficaram reduzidos a um grupo insignificante depois de durante anos terem sido os aplicadores, em conjunto com a direita da Nova Democracia, da política austeritária e de endividamento da Grécia.

O segundo ganho da luta do povo grego foi levar ao poder uma coligação de pequenos partidos que em nome da esquerda apresentaram ao povo um programa anti-Troika, anti-austeridade, em essência anti-potência alemã, que provocou em toda a União Europeia um arrumar de forças do capital: todos ao lado da Alemanha, todos contra a Grécia e contra os seus próprios povos.

O terceiro ganho da luta do povo grego foi ter forçado o actual presidente da UE a declarar publicamente como criminosas as políticas, impostas pela Troika, do chamado "ajustamento" nos países de economias mais fracas.

O quarto ganho, e seguramente do ponto de vista subjectivo o mais importante, foi a mensagem que a luta do povo grego transmitiu a

todos os outros povos da Europa: é possível derrotá-los se a luta for mais forte!

O governo do Syriza, mérito se lhe reconheça, fez os possíveis para travar o prosseguimento da austeridade. Mas, os seus limites políticos, inseridos no sistema da democracia burguesa, não lhe permitem ir muito mais longe. Por exemplo, apelar a grandes manifestações de massas na Grécia em apoio da sua negociação como forma de pressão dos explorados sobre os ditadores de Bruxelas. O Syriza jogou as suas cartas no terreno do inimigo, que era de 18 contra 1, e aí era previsível a tentativa de esmagamento.

Está aberto um caminho, começado a desbravar pelo povo grego, que exige aos trabalhadores, à esquerda e ao movimento sindical europeu uma autocrítica pela sua incipiência e pela sua falta de solidariedade internacionalista. Está na hora de pensarmos seriamente que é possível avançar com os ganhos da luta do povo grego, se tomarmos em mão a tarefa de elevar a luta a outros níveis, criando outro paradigma para a luta operária e popular: chama-se anticapitalismo. É a única forma de vencer a crise e exige uma esquerda nova, marxista e revolucionária! **José Borralho**



Abril e as lágrimas de crocodilo

As comemorações do 25 de Abril costumam ser ocasião e pretexto para grandes farsas unitárias. Façamos delas, nas páginas do “Mudar de Vida”, ocasião e motivo para alguma, tão necessária, divisão de águas. E, com esse propósito em vista, nada melhor do que um caso concreto. Noticiou alguma imprensa, com ecos modestos e sempre abafados pelo foguetório comemorativo, que a filha de Salgueiro Maia, Catarina como a lutadora baleada pela GNR, seguiu aos vinte e poucos anos o caminho que este Governo apontou a toda a juventude adulta do país: “Emigrai!”

Fê-lo há quatro anos, não por obediência ao Governo, mas por circunstâncias pessoais: “Eu saí do meu país, porque precisava de estabilidade financeira para criar o meu filho, que é asmático, e o medicamento não é participado em Portugal, apesar de ser uma doença crónica”. Partiu então com o marido e o filho para o Luxemburgo.

Apesar dos longos horários de trabalho e dos baixos salários que lhe têm calhado no país de destino, continua a optar por esse mal menor.

Numa homenagem a Salgueiro Maia com a presença de Catarina, o deputado do PS Paulo Pisco puxou especialmente pela pulhice mais escandalosa do cavaquismo contra o capitão de Abril: negar-lhe uma pensão, no final da vida, quando concedia pensões equivalentes a dois torturadores da PIDE. Denúncia justa, sem dúvida, a que o ilustre parlamentar poderia também ter acrescentado, em tom autocrítico, os vários anos

de ostracização de Salgueiro Maia sob a égide de governos do PS.

Mas o mais importante nas lágrimas de crocodilo que agora se vertem por Salgueiro Maia não são as safadezas cometidas contra ele, pessoalmente, e repercutidas, também pessoalmente, no destino de Catarina. O que merece especial atenção é o significado simbólico desta via sacra que uma jovem se vê forçada a percorrer, por um caminho tão comum na juventude portuguesa actual.

E o que ela própria, na homenagem a Salgueiro Maia, citou como motivos de desencanto com esta democracia de ricos é uma realidade social experienciável por qualquer pessoa na sua situação: “Uma consulta de alergologia no hospital público demora cerca de dois anos e meio”. E é uma realidade social observável por qualquer pessoa em qualquer situação: “idosos que morrem nas salas de espera” dos hospitais, “pessoas a passar fome, idosos que, ou comem ou tomam medicamentos”, ou ainda “pessoas que são postas na rua, por não poderem pagar a renda”.

Mais uma vez, um quadro de misérias em que não é isento de responsabilidades nenhum dos partidos do “arco da governação”, incluído esse PS tão choroso das injustiças cometidas contra Salgueiro Maia e tão abrilista em dias de festa.

Para ver tudo isto, não é preciso ser filha do herói de Abril, tal como não é preciso ter esse honroso pergaminho para preconizar uma atitude: “Defender os ideais de Abril todos os dias, e não ser só para a fotografia”. A história de Catarina Salgueiro Maia é fascinante, não por ser única, mas por ser típica.

António Louçã

Modo de vida

A massa de que é feito Passos Coelho, se dúvidas houvesse, ficou à vista com o elogio que fez a Dias Loureiro, na inauguração de uma queijaria em Aguiar da Beira. Com o visado à sua frente, o primeiro-ministro retratou-o como um “empresário bem sucedido”, um homem que soube “vencer na vida”. Depois de ter mandado emigrar os jovens, de achar que os reformados não merecem as pensões que recebem, de insultar os pobres por viverem “acima das suas posses” e de ainda considerar elevados os custos do trabalho, Coelho fecha da melhor maneira este círculo de desmandos: elevando à condição de modelo um oportunista que usou os cargos partidários e do Estado para enriquecer, mover influências, concertar-se com outros da mesma laia. Entre os feitos de Loureiro de maior sucesso, lembremos, contam-se a evaporação de 40 milhões de euros de uma firma sediada em Porto Rico e um desfalque no BPN de 7 mil milhões que os assalariados portugueses sem sucesso estão ainda a pagar.

Coelho não deve muito à inteligência, mas não lhe falta esperteza. Não foi, portanto, por lapso ou inépcia política que disse o que disse. O seu gesto foi um acto de reabilitação e de admiração por um certo modo de vida. Interessa-lhe não só estar nas boas graças dos Dias Loureiro como lhe interessa aprender com eles. Por instinto, Coelho sabe que o seu próprio caminho de sucesso só pode passar pelos mesmos métodos e por percurso idêntico. É isso que indicia a sua carreira na política, a sua amizade com Relvas, a sua iniciação na Tecnoforma, etc.

Urbano de Campos

DITO

Vivemos num mundo às avessas pela simples razão de que é um mundo que recompensa a especulação e castiga o trabalho.

Eduardo Galeano